

## Política de Auxílio para a Elaboração do Acordo

Sucesso na elaboração do Acordo e em sua implementação depende, em grande parte, da habilidade dos países elegíveis de demonstrarem autoria própria na elaboração do projeto e de seu engajamento numa forte parceria com a MCC. Esse compromisso com o processo é demonstrável através das seguintes acções:

- (i) Designação dentro do prazo estabelecido, de um Ponto de Contacto (PdC), que terá a incumbência de facilitar a comunicação com a MCC e coordenar todas as actividades a ela relacionadas;
- (ii) criação de um Núcleo de Coordenação responsável pela elaboração do projeto; e
- (iii) apresentação de uma proposta que respeite os critérios estabelecidos pela MCC.

Se o país demonstrar esse compromisso, a MCC destinará verbas para o processo de investigação e averiguação dos factos e para auxiliar o país na elaboração e aprimoramento de sua proposta final. Esse auxílio poderá tomar a forma de assessoria técnica de funcionários da MCC, ou de verbas para elaboração do Acordo.

Será dada prioridade, na liberação de verbas destinadas a auxiliar a produção de um acordo de alta qualidade em tempo hábil, aos países que cumprirem, ou anteciparem, os prazos estabelecidos abaixo :

<u>Acção</u>	<u>Data Limite*</u>
Nomeação do PdC	30 dias seguidos
Nomeação do Núcleo de Coordenação	90 dias seguidos
Apresentação da proposta	6 meses

\* Os prazos começam a contar a partir da data da primeira visita da MCC ao país.

O diálogo entre a MCC e o país postulante somente poderá ter início após a designação de um PdC. Consequentemente, na eventualidade de escassez de recursos, aconselhamento e orientação serão dados prioritariamente aos países que tiverem cumprido este requisito.

Na designação da Equipe de Transacção MCC correspondente, será também dada prioridade aos países que hajam formado, dentro do prazo, um Núcleo de Coordenação plenamente capacitado. A Equipe de Transacção MCC organizará uma viagem ao país postulante para discussões preliminares sobre o processo consultivo e troca de idéias de programas.(ver anexo “Características da Núcleo de Coordenação ideal.”).

Os países que apresentarem uma proposta considerada aceitável pela MCC dentro do prazo (ver anexo “Critérios para Avaliação de Propostas”) terão prioridade no processo de investigação e averiguação de factos, e nos trabalhos de refinamento do programa. Outros países terão que esperar até que haja disponibilidade de verbas.

#### Elementos Primordiais dessa Política

- Este é um processo de “requisições contínuas” com prazos estabelecidos. Encoraja-se os países a completar cada etapa com a maior rapidez possível e, em particular, a apresentar propostas de qualidade antes do vencimento dos prazos.
- Se, de acordo com os Critérios de Avaliação de Propostas, o país apresentar uma proposta sólida até à data limite, este avançará para a categoria de Primeira Prioridade para o processo de investigação e averiguação, assim como para a negociação do Acordo.
  - Em tal caso a MCC poderá decidir conceder assistência antecipada para elaboração e refinamento da proposta final, inclusive financiando parcialmente os custos de suporte da equipe de gerenciamento do país.
  - Será dada atenção prioritária às propostas que a MCC julgar terem potencial de impacto de transformação (tal como a redução sustentável da pobreza) no país postulante.
- Se, até o final do prazo estabelecido, o país apresentar uma proposta que não satisfaça os Critérios para Avaliação de Propostas, esta será rejeitada e o país solicitado a revisá-la. Como resultado, este país será colocado em Segunda Prioridade.
  - Nestes casos, ficando evidenciado o engajamento adequado do país, a MCC poderá fornecer recursos, em forma de pessoal ou assistência financeira antecipada, para a elaboração e detalhamento da proposta. Estes recursos somente serão disponibilizados depois de satisfeitas as exigências de pessoal e de financiamento para a elaboração ou aprimoramento da proposta dos países colocados em Primeira Prioridade.
- O país que não cumprir o prazo para apresentação da proposta cairá para a categoria Terceira Prioridade.

#### **Características Ideais do Núcleo de Coordenação**

Uma das lições aprendidas pela MCC com os primeiros Acordos que levou a cabo é que a pronta designação de um Ponto de Contacto para a MCA (PdC) para liderar o processo de elaboração do programa e a criação de um Núcleo de Coordenação do país são passos essenciais para a rápida conclusão de um bom acordo. O PdC e o Núcleo de Coordenação

devem ter um claro mandato para conduzir o processo, demonstrar grande engajamento político, e ter acesso a dirigentes de alto escalão, capazes de tomar decisões rapidamente e de participar ativamente do processo.

O PdC deve trabalhar em tempo integral no processo do MCA. O PdC precisará de recursos financeiros e administrativos próprios para levar a cabo este processo de consulta mutua e coordenar os aspectos técnicos do programa. Seu mandato deve ser inequívoco para elaborar o programa, deve ter autoridade para tomar algumas decisões, e ser capaz de, e ter autoridade para, gerir a cooperação entre os Ministérios envolvidos, coordenar as acções com outros doadores, e criar e implementar uma estratégia de consulta ao público.

O PdC precisará ter acesso a recursos de Ministérios, projectos, do sector privado, etc., uma vez que a elaboração do Acordo e conceituação do programa são responsabilidades do Núcleo de Coordenação MCA do país -- e não da MCC. É provável que a composição do Núcleo de Coordenação MCA seja modificada no decorrer do processo de elaboração do acordo. O núcleo será possivelmente composto de recursos tanto a tempo inteiro como a meio período.

A MCC acredita que os Núcleos de coordenação MCA serão inicialmente compostos por, pelo menos, os seguintes elementos:

Coordenador de Mobilização/Participação: Esta pessoa ajudará a desenvolver e implementar uma estratégia de consultas públicas sobre o programa MCA, num processo consultivo oportuno, participativo e significativo. Este coordenador deve ter experiência na criação de processos de pesquisa de opinião para programas de desenvolvimento e experiência de trabalho com uma variedade de representantes da sociedade civil, do sector privado, das mulheres, das pessoas pobres das zonas rurais e urbanas e de outros grupos-chave. Estas funções podem ser contratadas de terceiros, se o mercado local oferecer esse tipo de serviço especializado.

Especialista em Desenvolvimento/Economista: o Núcleo de Coordenação do país deve incluir um ou mais indivíduos que criarão a lógica económica do programa, farão a análise económica dos conceitos do programa e demonstrarão como o programa irá resultar em redução da pobreza através do crescimento económico. Essa(s) pessoa(s) devem assegurar-se de que a avaliação de resultados esteja plenamente integrada na elaboração do programa, que a taxa potencial de retorno económico seja coerentemente analisada e que o programa, suas metas, os resultados almejados e como estes serão mensurados estejam claramente estabelecidos.

Especialista em Monitoria e Avaliação (M&A): O Núcleo de Coordenação do país deve incluir um especialista em Monitoria e Avaliação (M&A) que irá trabalhar intimamente com a equipe de economistas. Este membro do Núcleo de Coordenação do país será o responsável pela formulação do Plano de M&A e pelo refinamento da lógica do programa, identificação dos indicadores de impacto e de desempenho, identificação dos

dados base, criação de indicadores-alvo e coordenação com a entidade responsável pelo recolhimento de dados, monitoria de resultados e avaliação de desempenho.

Com o avançar da definição do programa, o Núcleo de Coordenação MCA precisará ter acesso a especialistas nas áreas dos componentes singulares do programa. À medida em que surgem as prioridades resultantes do processo consultivo e os projectos de estímulo à redução da pobreza através do crescimento económico se delineiam, o PdC precisará incorporar ao Núcleo de Coordenação os seguintes especialistas:

Especialista em Impacto Ambiental/Social: O Núcleo de Coordenação deverá incluir um indivíduo que conheça as leis e problemas ambientais do país, que tenha experiência na condução ou revisão de estudos de impacto ambiental e social, e que possa trabalhar com o Núcleo de Coordenação para assegurar que as questões ambientais e sociais sejam levadas em consideração na concepção, viabilização, escalonamento dos trabalhos e custos da proposta de Acordo.

Especialistas Leis/Finanças/Aquisições: O conhecimento de leis, de gestão financeira e de aquisições será necessário em várias fases do processo, para adequar o planeamento da negociação e implementação do Acordo. A identificação oportuna de especialistas que permaneçam comprometidos ao longo do processo, mesmo que em tempo parcial, permitirá à equipe elaborar uma proposta com chances de sucesso na negociação e, posteriormente, implementação célere.

Especialistas Técnicos/Sectoriais: As prioridades que emergirem do processo consultivo para a redução da pobreza através do crescimento económico irão determinar que tipo de especialização técnica e sectorial o Núcleo de Coordenação irá precisar para elaborar uma proposta de programa detalhada. Com a definição dos elementos do programa, o PdC e a MCC podem identificar e contactar os especialistas técnicos necessárias para complementar o Núcleo de Coordenação do país.

## Critérios de Avaliação das Propostas

Com base na sua legislação e procedimentos internos, a Millennium Challenge Corporation (MCC) definiu princípios fundamentais que todas as propostas para financiamento do Millennium Challenge Account (MCA) devem respeitar. Cada proposta será avaliada com base em seu potencial para atender aos princípios e critérios prioritários da MCA, e nos elementos descritivos abaixo enumerados.

Os seguintes princípios do MCA devem ser clara e adequadamente abordados em todas as propostas de programa:

- (i) O programa deve focalizar a **redução da pobreza** através do **crescimento económico sustentável**;
- (ii) Cada projecto ou grande componente do programa deve ser **técnica, económica, social e ambientalmente justificável**;
- (iii) A proposta deve reflectir e descrever claramente o processo de **consultas participativas, oportunas e significativas a variados segmentos da sociedade** que será utilizado para estabelecer as prioridades da proposta; o processo consultivo deve respeitar as Orientações para Processos Consultivos da MCC;
- (iv) A proposta deve ser **apresentada** de forma suficientemente **completa, clara e abrangente** para permitir sua análise efectiva e eficiente, e sua avaliação pela MCC.

São componentes obrigatórios das propostas:

- Descrição do programa, incluindo:
  - a situação económica do país e tendências económicas, estabelecendo o contexto em que o programa reduzirá a pobreza através do crescimento económico sustentável;
  - as metas, os objectivos maiores e os resultados esperados do programa, com descrição dos vínculos e sinergias esperadas entre elas;
  - as principais componentes e actividades do programa e como elas se reforçam mutuamente; e
  - um plano preliminar para a implementação do programa, incluindo os mecanismos de gestão, contratação e aquisições públicas, assim como os mecanismos de contabilidade e prestação de contas.
- Custos do programa.
- Justificação do programa e forma como êle aborda dificuldades económicas e prioridades de desenvolvimento.
- Avaliação económica, com estimativas de retorno económico.
- Mecanismos para a monitoria do desempenho e avaliação do impacto do programa, incluindo os benefícios esperados como resultado do programa.

- Descrição do processo consultivo utilizado para estabelecer as prioridades identificadas na proposta, de acordo com a *Orientação ao Processo Consultivo* da MCC.
- Descrição dos estudos de viabilidade técnica das componentes do programa, ou um plano (incluindo a calendarização) para a realização de tal análise.
- Descrição dos possíveis impactos ambientais e sociais e um plano (incluindo a calendarização) para concluir quaisquer análises requeridas para assegurar o respeito a leis e regulamentos locais e às Orientações da MCC sobre Meio Ambiente.
- Descrição de como a proposta vai potenciar, complementar ou colaborar com as actividades de outros doadores e do governo.
- Demonstração do compromisso do país com o êxito da implementação do programa, incluindo:
  - Identificação do processo que será seguido para instituir as reformas políticas, regulamentares e institucionais necessárias para implementar o programa com sucesso; e
  - Análise dos elementos programáticos que garantem sua sustentabilidade institucional e financeira.